

Dívida

FMI vai exigir coerência do novo governo

ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA — Se o presidente eleito, Fernando Collor, colocar em prática as propostas econômicas que defendeu na recente viagem ao Exterior, o Brasil poderá, em curto prazo, reverter o fluxo negativo que há quatro anos registra com o Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Antes, porém, o País terá de submeter ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um programa econômico coerente, seguindo os exemplos do México, Chile e Venezuela.

Segundo a avaliação de técnicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), o Brasil deverá desregularizar a economia, rever a política de reserva de mercado para a informática, liberar o comércio exterior e promover uma política seria de preservação do meio ambiente. Foram essas condições que, em menor ou maior grau, privaram o País de mais recursos do Bird e do BID. Nos últimos três anos, as transferências financeiras líquidas do Brasil foram negativas, isto é, pagou mais do que recebeu em empréstimos. Em 1987, US\$ 665,1 milhões, em 1988, US\$ 725,5 milhões e, no ano passado, US\$ 519 milhões.

"Nada leva a acreditar que o Banco Mundial mudou sua política", observou ontem o subsecretário de Assuntos Internacionais da Seplan, Ricardo Lima, ao analisar o documento "O Brasil e o Banco Mundial — um diagnóstico das relações econômicas", no período de 1949 a 1989. O Bird vai continuar emprestando recursos para os ajustes de longo prazo desde que o Brasil se acerte antes com o FMI sobre as medidas de curto prazo.

REALISMO

Ricardo Lima e Manoel Foreo, também da Seplan, estiveram recentemente no México e Venezuela para avaliar os programas econômicos desses países, que fizeram acordo com o FMI e o Banco Mundial e estão inseridos no Plano Brady. "Nos dois casos há muitas dúvidas sobre o sucesso do ajuste", diz Foreo. De acordo com os técnicos, as mudanças implementadas no México e na Venezuela coincidem em geral com as propostas defendidas por Collor.

As condições do Banco Mundial aos empréstimos setoriais variam de acordo com o projeto acertado pelo país tomador dos recursos. Pode ser a preservação ambiental no caso da construção de uma estrada ou a restrição aos depósitos compulsórios sobre os depósitos à vista dos bancos e a liberação do câmbio no caso do empréstimo para a reforma do setor bancário, de US\$ 500 milhões, negociado há quatro anos.

Os técnicos da Seplan acreditam que o Brasil terá algumas dificuldades para negociar pela complexidade da economia brasileira. Eles sustentam que é mais fácil negociar a liberação comercial e o fim da reserva de mercado para a informática — medidas defendidas pelas duas instituições — com países que têm menor estágio de desenvolvimento do que o Brasil.